

O desenvolvimento de uma postura intelectual

por *Immanuel Wallerstein*¹

A minha biografia intelectual é uma longa busca por uma explicação adequada da realidade contemporânea, para que eu e outros possamos agir sobre ela. A busca foi tanto intelectual como política e sempre senti que não podia ser uma coisa sem ser ao mesmo tempo a outra - para mim ou para qualquer outra pessoa.

Penso que comecei esta procura quando estava na escola secundária, em Nova Iorque, durante a Segunda Guerra Mundial. A minha família era muito consciente politicamente e os problemas internacionais eram permanentemente discutidos em nossa casa. A luta contra o Nazismo e o fascismo era a nossa maior preocupação, muito antes de Pearl Harbor. Também estávamos conscientes da grande divisão na esquerda internacional, entre a Segunda e a Terceira Internacionais. Mesmo na atmosfera de censura trazida pela guerra, as questões que dividiam as duas Internacionais eram prementes e refletiam-se para mim a um nível local através das diferenças políticas no Estado de Nova Iorque entre o Partido Liberal e o Partido Trabalhista Americano. Quando entrei para a Universidade de Columbia em 1947, a organização política mais ativa no campus durante o meu ano de caloiro era o Comité de Veteranos Americanos (AVC). E apesar de eu ser demasiado novo para ser um veterano, assistia às reuniões públicas do AVC e vi como estava dividido (e destruído) pela mesma cisão.

A minha reação aos debates (e às arengas) e todas as leituras que fiz em consequência disso, era partilhada por apenas um grupo muito pequeno de pessoas em todo o mundo. Os Social-Democratas convenceram-me de que quase tudo o que diziam sobre os Comunistas estava correto - o mal do Estalinismo e o terror, as guinadas sem princípios da linha do partido mundial, a 'langue de bois'. Mas, ao mesmo tempo, os Comunistas convenceram-me de que quase tudo o que diziam sobre os Social-Democratas estava correto - as crónicas cedências aos nacionalismos Ocidentais, a incrível fraqueza da sua oposição à polarização do capitalismo, a falta de uma militância séria contra a injustiça racial.

Politicamente, isto criou-me muitos dilemas, com os quais tive de lidar desde então. Intelectualmente, isto levou-me à questão que desenvolvi em muitos dos meus escritos ao longo dos anos, a que acabei por chamar os movimentos antisistémicos, de como as suas atividades eram estruturadas por constrangimentos sistémicos dos quais nunca se conseguiram libertar completamente. Em suma, comecei a historicizar os movimentos, não apenas para compreender melhor como acabaram por fazer o que fizeram, mas também para melhor equacionar as opções políticas que estão disponíveis no presente.

¹ Este texto é muito ligeiramente adaptado da versão do ensaio introdutório ao *The Essential Wallerstein*, New Press, 2000.

Os primeiros anos depois da guerra, em 1945-50, foram de dias inebriantes em que tudo parecia possível. Isso acabou para mim (e para muitos outros) com a guerra da Coreia. Subitamente, a presença do anti-Comunismo era esmagadora e o McCarthyismo começou a ganhar força nos Estados Unidos. Estive no Exército dos EUA entre 1951-53 e, quando voltei a Columbia, decidi escrever a minha tese de mestrado sobre o McCarthyismo como um fenómeno da cultura política dos EUA. Inspirei-me na distinção de Wright Mills em "New Men of Labor", entre conservadores sofisticados e a direita prática, para provar que o McCarthyismo era um programa da direita prática, um programa que estava apenas marginalmente preocupado com os Comunistas, mas que se dirigia fundamentalmente contra os conservadores sofisticados. Foi um ensaio bem recebido, bastante citado na altura. Confirmou a minha visão de que eu devia considerar-me, na linguagem dos anos 1950, um "sociólogo político".

Decidi, mesmo assim, não fazer dos EUA a arena principal da minha preocupação intelectual. Tinha, desde os meus anos na escola secundária, um interesse particular no mundo não-europeu. Segui os eventos na Índia moderna, em especial, e tinha lido muito sobre Gandhi e Nehru. Em 1951, participei num congresso de juventude internacional e havia muitos delegados de África, muitos dos quais eram mais velhos do que eu e já ocupavam posições importantes nos palcos políticos dos seus países. Em 1952, outro congresso de juventude realizou-se em Dakar, Senegal. Subitamente, encontrei-me no centro do turbilhão do que e em breve seriam os movimentos de independência (neste caso, da África Ocidental Francesa).

Decidi escolher África como o foco das minhas preocupações intelectuais e dos meus esforços de solidariedade. Porque dominava o Francês e porque tinha estes contactos iniciais, tornei-me num dos poucos académicos que estudava África atravessando as barreiras linguísticas europeias. Em 1955, obtive uma bolsa da Fundação Ford para estudar África e escrever uma dissertação que comparasse a Costa do Ouro (Gana) e a Costa do Marfim em termos do papel que as associações voluntárias tinham tido na criação dos movimentos nacionalistas dos dois países. Tinha-me tornado um académico dedicado a África, um papel que continuaria a desempenhar durante duas décadas. Escrevi muitos livros e artigos sobre temas e acontecimentos africanos e em 1973 tornei-me presidente da Associação (dos EUA) de Estudos Africanos. Durante um período de vinte anos, consegui viajar por toda a África, passando talvez por três quartos dos seus Estados.

Se a minha procuraintelectual cedo me levou para longe do território familiar do meu próprio país para o da África contemporânea, que ainda era um continente colonizado quando o comecei a visitar e estudar, foi porque tive o sentimento instintivo nos anos 1950 de que a coisa mais importante que estava a acontecer no século vinte era a luta pela libertação do controlo do mundo Ocidental sobre o resto do mundo. Hoje chamamos a isto uma preocupação com as relações Norte-Sul, ou com as relações entre o centro e a periferia, ou com o Eurocentrismo.

Devo dizer que, nos anos 1950 e, na verdade, durante muito tempo depois disso, a minha avaliação do que era mais importante não era partilhada pela maior parte das pessoas, para quem o que alguns chamavam a Guerra Fria entre a democracia e o totalitarismo e outros apelidavam de luta entre a burguesia e o proletariado (ambos os termos sendo bastante reduzidos na sua definição) era (e, para muitos, continua a ser)

a questão central do nosso tempo. A minha busca era, então, não só uma crescente batalha contra um consenso generalizado no mundo político e académico, mas contra os conceitos que derivavam desta visão dominante interiorizados na minha própria mente. Desde então, abandonei África como o centro empírico do meu trabalho, mas é aos estudos africanos que dou o crédito de abrir os meus olhos para as questões políticas mais acesas do mundo contemporâneo, assim como para as questões académicas de como analisar a história do sistema-mundo moderno. Foi África a responsável por remover as partes mais entorpecedoras da minha herança educacional.

No decurso da minha procura, pensei inicialmente que o debate era meramente apenas sobre a análise empírica da realidade contemporânea, mas cedo me apercebi que era também uma questão que envolvia as próprias ferramentas de análise. As que me tinham sido ensinadas pareciam-me circunscrever as nossas análises empíricas e distorcer as nossas interpretações. Lentamente, durante vinte anos, as minhas percepções evoluíram, até que nos anos 1970 comecei a dizer que estava a tentar olhar para o mundo a partir de uma perspetiva que apelidei de "análise de sistemas-mundo". Isto envolvia duas grandes decisões intelectuais. A primeira era que a escolha da "unidade de análise" era crucial. Tornei-me cada vez mais consciente de que toda a ciência social moderna presume que as fronteiras dos estados constituem as fronteiras das "sociedades". Convenci-me de que esta era uma percepção errada. Em vez disso, acabei por argumentar que a única unidade de análise plausível era um "sistema-mundo" ou, mais genericamente, um "sistema social histórico".

A segunda decisão intelectual foi a de que o chamado *Methodenstreit* que suportava e dividia toda a ciência social moderna - entre o humanismo idiográfico e a ciência nomotética - era um debate completamente falso. Em vez de escolher um dos lados - o que todos e muito diversos me encorajavam a fazer e, na verdade, insistiam para que fizesse - convenci-me instintivamente, e mais tarde de forma mais racional, de que toda a análise deve ser simultaneamente histórica e sistémica, se queremos encarar seriamente a descrição e explicação do mundo real.

As duas premissas básicas do meu trabalho são, então, o sistema-mundo como unidade de análise e a insistência de que toda a ciência social deve ser simultaneamente histórica e sistémica. Nenhuma destas premissas foi popular nem recebida com entusiasmo, quando as apresentei. Foi a primeira premissa que se tornou a minha marca académica e que tem tido maior impacto. Assim que apresentei o argumento do sistema-mundo como unidade de análise, sobretudo no Volume I do *The Modern World-System*² e em segundo lugar no ensaio "The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis", ambos publicados em 1974, muitas pessoas responderam favoravelmente. Algumas ficaram totalmente convencidas, outras disseram apenas que o argumento tinha de ser levado a sério. Os que se opuseram mais vigorosamente, muitas vezes, não argumentavam em termos empíricos (não era factualmente correto), mas mais frequentemente em termos epistemológicos (não era a chamada proposição falsificável).

Descobri, assim, que não seria suficiente argumentar que a descrição do mundo real tinha de ser diferente das que eram previamente apresentadas. Descobri que a batalha crucial era acerca de como podíamos saber qual a descrição do mundo real

2 NdT: Editado em Portugal pela Edições Afrontamento com o título "Sistema Mundial Moderno"

que era de facto verdadeira, ou mais próxima da verdade, ou mais plausível ou mais útil do que qualquer outra. Tinha de combater no campo das questões epistemológicas para que eu e outros pudéssemos continuar as nossas análises dos processos sociais como totalidades integradas e complexas. Virei cada vez mais a minha atenção para estas questões epistemológicas, sem nunca perder de vista como os argumentos epistemológicos implicavam visões diferentes da realidade social.

Achei tudo isto intelectualmente estimulante. Descobri que, usando estas duas premissas, podia reinterpretar muitos velhos debates e recolher novos e importantes tipos de dados que, na verdade, na minha opinião, iluminavam a realidade contemporânea. Em particular, esta forma revista de ver a realidade social iluminava as escolhas históricas que tinham sido feitas na construção do nosso atual sistema-mundo, bem como as que teremos de fazer no futuro próximo para construir o sistema-mundo (ou sistemas) que lhe sucederá. A análise dos sistemas-mundo permitiu-me variar bastante em termos da abordagem de questões concretas, mas sempre de forma a que as peças encaixassem no final do exercício. Não é que a análise dos sistemas-mundo me tenha permitido "descobrir a verdade". Permitiu-me antes elaborar o que considereei como interpretações plausíveis da realidade social de forma, acredito, mais útil para todos nós quando tomamos decisões políticas e morais. Também me permitiu distinguir entre o que são estruturas duráveis e as expressões momentâneas de realidades que, tantas vezes, materializamos em teorias da moda acerca do que é inovador, tal como, por exemplo, a enorme e recente produção acerca da chamada "globalização".

Concentrei a minha energia na descrição do funcionamento histórico e desenvolvimento do sistema-mundo moderno, o qual, insisti, é uma economia-mundo capitalista. Tentei descrever os seus pilares institucionais, a sua origem histórica e as razões porque eu pensava que tinha entrado num período de crise sistémica e, portanto, de transição caótica para uma nova ordem. Procurei produzir descrições analíticas das principais estruturas institucionais desta economia-mundo capitalista - os ciclos de Kondratieff, as cadeias de bens de consumo, os agregados de acumulação de rendas, o sistema inter-estatal e os seus ciclos hegemónicos, e a geocultura - bem como uma crítica detalhada de porque tanto o desenvolvimento nacional como o desenvolvimentismo como modelo de explicação (teoria da modernização) são ilusões.

O sistema-mundo costuma evocar imagens de hipóteses de equilíbrio e de teorias de consenso. Isto é o que há de mais distante do meu pensamento. De facto, o que há de mais interessante nos sistemas é como todos aprofundaram as suas divisões, que procuraram limitar institucionalizando-as. Georg Simmel, Lewis Coser e Max Gluckman defenderam isto há muito tempo. Mas é igualmente verdade que os sistemas nunca conseguiram eliminar os seus conflitos internos, nem mesmo impedirlos de assumir formas violentas. A compreensão deste facto permanece como o principal legado que temos da obra de Karl Marx.

Contudo, como conseguimos perceber colectivamente bastante bem nas últimas décadas, há mais do que uma divisão em qualquer sistema histórico. Comecei então a utilizar a minha energia para tentar analisar quais eram as principais divisões no sistema-mundo moderno, como diferiam umas das outras, como se relacionavam e como cada divisão limitava o efeito de cada uma das outras. Fiz um esforço para

identificar as que penso serem as cinco principais divisões do nosso mundo moderno: raça, nação, classe, etnicidade e género.

Finalmente, entro na questão que, afinal, nos preocupa a todos nós, acima de tudo: o que fazer. Penso nisso como “resistência, esperança e engano”. Estas três palavras descrevem, para mim, a história do que chamo os movimentos anti-sistémicos do sistema-mundo moderno. Tento relacionar a história destes movimentos com o esquema geopolítico geral, bem como com os conceitos políticos que desenvolvemos para descrever tanto as realidades como as aspirações que temos sobre estas realidades.

Antes de elaborar a posição a que acabei por chamar a análise do sistema-mundo, lutei para definir o que poderia ser considerado etnicidade. Tentei perceber o sentido da brilhante e influente obra de Frantz Fanon. Tentei tirar conclusões de 1968 acerca do verdadeiro sentido político da frase “intelectuais radicais numa sociedade liberal”. Tentei encaixar a minha preocupação inicial com África com a minha subsequente viragem para o estudo do sistema-mundo moderno como um todo. E, na introdução do *The Modern World System*, fiz um primeiro esforço para confrontar as questões das estruturas do saber.

À medida que continuava a ler, a observar, a analisar e a escrever, acabei por reconhecer os temas recorrentes e subjacentes da minha procura intelectual, quais as questões mais difíceis, para mim, de clarificar. Há quatro que se destacam. A primeira é, claramente, a do peso que se quer dar aos esforços universais que nos permitimos inventar, em oposição às alegações de valorizações particulares em que todos insistimos. É sempre fácil considerar as nossas próprias perspectivas como expressões do universal e as perspectivas dos outros como tantas outras expressões de múltiplos particulares. Mas se o universalismo auto-centrado é Cila, Caríbdis³ é a diferença auto-centrada, a reivindicação de que cada expressão social, cada argumento académico, cada percepção do mundo é igualmente válida/útil/sensata e que não há distinções intelectuais nem morais que valha a pena fazer. Ambas as propostas envolvem a destruição da possibilidade de colectivamente analisarmos, apreciarmos e compreendermos o mundo, da forma o mais racional e democrática possível.

A segunda questão em aberto é a da relação entre a realidade do mundo real e a nossa percepção da realidade do mundo real. Não é exactamente uma questão recente, mas tem sido central nos debates das décadas mais recentes. A minha posição é, mais uma vez, bastante clara para mim. Existe um mundo real que é o objeto das nossas observações académicas. Senão, porque haveríamos de nos incomodar a escrever sobre ele? Em todo o caso, vivemos todos neste mundo real todos os dias e estamos perfeitamente conscientes de que temos de o ter em conta em tudo o que fazemos. Se não conseguimos fazer isto, somos chamados de “psicóticos”, o que significa que não conseguimos muito bem lidar com os desafios que se nos apresentam constantemente. Por outro lado, é igualmente claro para mim que apenas nos apercebemos deste mundo real como que através de um par de óculos e que a forma como esses óculos são moldados determina largamente o que pensamos que vemos. Dizer que a realidade é socialmente construída parece-me evidente em si, desde que nos lembremos que a construção é realmente social – isto é, coletiva e não individual. Mas insistir, ao mesmo tempo, que existe um mundo real e que apenas o

³ NdT: monstros mitológicos da *Odisseia* de Ulisses

podemos ver através das lentes sociais que usamos, cria um dilema permanente para o académico crítico. Requer uma constante reflexão acerca de como os nossos óculos estão a distorcer a nossa perspetiva e de como podemos melhorar a qualidade da refração. Mas cada reflexão sobre nós próprios está também sujeita à mesma contradição. Foi este dilema que me levou a colocar as questões epistemológicas no centro da minha análise..

O terceiro tema recorrente, outra vez nada de novo, tem sido a relação entre a análise intelectual e a ação política, a velha questão da teoria e da prática. Já disse que, pessoalmente, não vejo um conflito. Antes pelo contrário! Mas, mais uma vez, penso nisto como obstáculos a evitar. De um lado está a falsa alegação de desinteresse que é o *slogan* tão universalmente apregoado de verdadeiro indicador de cientificidade. Do outro lado, há a submissão do académico a uma autoridade política, do Estado ou dos partidos, com a justificação da lealdade política. Para mim, o dever do académico é ser subversivo política e intelectualmente em relação a verdades adquiridas, mas a única forma desta subversão ser útil socialmente é se ela refletir uma tentativa séria de se envolver e compreender o mundo real o melhor possível.

O tema final é como juntar numa única análise o facto de que o mundo tem estruturas contínuas e está constantemente a mudar. Esta é, claro, uma segunda questão epistemológica permanente, a que tenho dado muita atenção desde o início. É uma questão acerca da qual é difícil convencer os outros de que há algum tipo de solução. A maioria de nós tem tendência para fazer afirmações ou sob a forma de verdades que se mantêm mais ou menos para sempre ou sob a forma de descrições de situações únicas. Mas nenhuma situação pode ser descrita como única, dado que as palavras que usamos para a descrever são categorias que pressupõem características comuns a um grupo mais amplo, logo a uma estrutura contínua que se presume ser estável. E, ao mesmo tempo, nenhuma verdade o é para sempre porque o mundo está, é claro, em contínua e inevitável mudança. Temos, na verdade, de trabalhar com estruturas/categorias temporalmente úteis que consigam albergar dentro de si os processos através dos quais serão transformadas noutras estruturas/categorias.

Creio que tenho sido razoavelmente consistente nas minhas perspetivas ao longo do tempo em que tenho escrito. Ainda assim, tenho de reconhecer que existiram pelo menos três pontos de viragem no meu desenvolvimento político e intelectual. O primeiro, tal como já indiquei, foi a minha batalha com as questões que assolaram a esquerda durante a maior parte da sua história organizacional – a luta entre a Segunda e a Terceira Internacionais. O segundo foi o meu encontro com África e os movimentos de libertação nacionais, que me permitiu pôr no devido contexto os debates das Internacionais, como debates que se passavam essencialmente dentro do mundo pan-europeu, debates que ignoravam a polarização essencial em curso da economia- mundo capitalista. E o terceiro foi a revolução mundial de 1968, que vivi na Universidade de Columbia e que ajudou a libertar o meu pensamento tanto das ilusões que restavam sobre o liberalismo, como de uma visão cor de rosa dos movimentos anti-sistémicos. Ajudou-me a ficar mais sóbrio.

É claro que espero que, ao longo deste tempo, tenha aprendido algo de útil e que, portanto, as minhas perspetivas tenham evoluído nalguns aspetos importantes. Não fiz isto sem ajuda. Reconheço uma dívida intelectual permanente para com Marx, Freud, Schumpeter e Karl Polanyi. Entre as pessoas que conheci pessoalmente e que

li aprofundadamente, os três que tiveram maior impacto na modificação da minha linha de argumentos (por oposição a aprofundar uma linha paralela de argumentos) foram Frantz Fanon, Fernand Braudel e Ilya Prigogine. E, é claro, a sua influência ocorreu nesta ordem cronológica. Fanon representou, para mim, a clara evidência da insistência, por partadas pessoas deixadas de fora no sistema-mundo moderno, de que elas têm uma voz, uma visão e uma reivindicação, não apenas à justiça, mas também ao reconhecimento intelectual. Braudel alertou-me, como ninguém tinha feito, para a importância central da construção social do tempo e do espaço e para o seu impacto nas nossas análises. E Prigogine obrigou-me a encarar todas as implicações de um mundo no qual as certezas não existem, mas o conhecimento ainda existe.

Tenho argumentado que a análise dos sistemas-mundo não é uma teoria mas um protesto contra questões negligenciadas e epistemologias enganadoras. É um convite à mudança intelectual, na realidade ao “desfazer” das premissas das ciências sociais do século XIX, tal como digo no título de um dos meus livros. É uma tarefa intelectual que é e tem de ser uma tarefa política também porque – insisto – a procura do verdadeiro e a procura do bom é uma única busca. Se queremos avançar na direção de um mundo que é materialmente racional, no uso que Max Weber deu a este termo, não podemos negligenciar nem o desafio intelectual nem o político. E não podemos segmentá-los em dois contentores hermeticamente fechados. Podemos apenas lutar, com muito esforço, para nos aproximarmos simultaneamente de cada um deles.

Tradução, revista pelo autor, de Andrea Duarte, janeiro de 2013